

Quando a imprensa
é livre, as vantagens
da liberdade contra-
balançam-lhe os in-
convenientes.

B. Constant

(Avença)

A Voz do Alentejo

ANO XX N.º 490

MAIO — 16

1972

QUINZENÁRIO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA REGIONALISTA

Composto e Impresso na
TIPOGRAFIA UNIÃO
Rua do Município, 12
Telefone 22319 FARO

DIRECTOR,
EDITOR E PROPRIETÁRIO
José Maria da Piedade Barras

Redacção e Administração
GRÁFICA LOULETANA
Rua da Carreira
Telefone 62536 LOULÉ

Em LOULÉ Rasgam-se novos horizontes ao progresso industrial do ALGARVE

Cada vez mais se impõe

A CONSTRUÇÃO DE UMA VARIANTE
À E. N. N.º 2 PARA LISBOA

O imponente movimento turístico que se espalha por todo o Algarve é já tão pujante e dinâmico que, em determinadas zonas, começam já a rarear os alojamentos.

E o caso de Vila Moura, Quarteira — onde apesar de tanta construção nova — já não há casas por alugar e Praia do Anão ou D. Filipa, onde a urbanização é cada vez mais densa.

Deixámos, propositadamente, para trás, Albufeira onde a afluência de turistas se pode classificar de anormal, pois dura, positivamente, o ano inteiro, com quase inalterável intensidade.

Conquanto a zona barlaventina tenha assumido um nível bastante elevado em realizações turísticas de alto nível, o que é certo é que a zona compre-

endida entre Albufeira e Faro, promete ser, dentro de muitos anos, a zona fulcral do Algarve e isto derivado do Aeroporto de Faro e da conclusão da Marina, ou porto de recreio de Vila Moura.

E pela sua localização no coração da Província e pelo imper desenvolvimento a que aspira cada vez se mete mais pelos olhos dentro, a necessidade de uma cabal ligação com o Centro e Norte do País.

Agrada-nos ver, ao domingo, a atracção que estes melhoramentos já despertam no Turismo Nacional e a crescente afluência de turistas nacionais que procuram o Algarve como sala de visitas luxuosa deste jardim à beira-mar plantado.

Ainda há pouco se disse, numa conferência de imprensa na Direcção Geral de Turismo pela autorizada voz do Eng.º Alvaro Roquete, que em 1971 entraram em Portugal 8,6 milhões de con-

(Continuação na 3.ª página)

O Dia da Espiga foi de festa grande em SALIR

Resultou plena de alegria, movimento e graça a «Festa da Espiga» em Salir.

Esteve extraordinariamente concorrida, mas a limitação de espaço, não nos permite dar mais largo noticiário do acontecimento, neste número, o que faremos no próximo.

Piscina pode ser REALIDADE

Continua de pé a ideia de se construir uma piscina em Loulé. Contudo, enquanto se aguardam importantes decisões, preferimos sustentar temporariamente a campanha que temos vindo a desenvolver.

TRAVÃO AO PROGRESSO?

QUARTEIRA está sentindo os malefícios de duas fortes correntes cujas ideias se opõem

Tomando em consideração tudo o que neste momento se está fazendo, e aquilo que se projecta fazer, dentro de pouco tempo toda a zona costeira do concelho de Loulé será integralmente turística. ... Mas estão a mover-se fortes influências no sentido de travar

um progresso já irremediável. Entre o impôr que uma hipótese de mata possa desenvolver-se à beira-mar e o permitir que a serra algarvia continue estéril, há qualquer coisa de paradoxal e misterioso. No próximo número daremos

pormenores acerca de um problema levantado na zona entre Quarteira e Faro por entidades oficiais e que está provocando grande celeuma.

Muito intrigante também que permaneçam (por resolver) os problemas das passeadeiras de acesso à praia e daquela inconcebível cova (junto à marginal), onde a Câmara poderia enterrar todos os automóveis agora abandonados em Loulé na via pública...

Páginas de Loulé Antigo (9)

Categorizados vultos DO PASSADO

Através dos vários séculos da existência da nossa Vila, e são muitos, sem dúvida, mais de vinte, Loulé tem tido filhos de especial nomeada. Não se conhecem todos, o que é inteiramente impossível; mas dos que os cronistas nos relacionam, muitas acham-se citados de modo a podermos atestar que Loulé, foi, sempre, fértil em possuir filhos de algo.

Neste louletanismo crescente em valores humanos, já a poesia e a política do tempo dos Arabes nos deram valores que os nossos actuais arabitas nos dão a conhecer. Depois, na prática da vida social, políticos, artistas, marinheiros, literários e oradores, há na cronologia louletana grande relação de indivíduos que foram de alto relevo político, de acções brilhantes, destemidos guerreiros, etc., que muito honraram a sua terra natal, a Pátria, e a nobreza de suas famílias.

GONÇALO NUNES BARRETO, Alcaide-Mor em Loulé em 1575. Foi Morgado de Quarteira, acompanhou D. Sebastião e foi

Falta de espaço

Por absoluta falta de espaço, não nos é possível publicar neste número os textos «Conceitos para uma Universidade», «Desportos» e «A Voz da Mulher». Do facto apresentamos sinceras desculpas aos nossos leitores e aos estimados colaboradores Eng.º Laginha Serafim, prof. Joaquim Vairinhos e Géninha.

Por — Pedro de Freitas

morto nos areais de Alcacér-Kibir.

ANTONIO DA GAMA NUNES, fidalgo por alvará de 1637. Altos serviços prestou à fazenda real e, particularmente, no

(Continuação na 3.ª página)

General Luz Cunha Nomeado Comandante da Região Militar de Angola

O ilustre algarvio General Joaquim Luz Cunha, antigo Ministro do Exército, foi nomeado Comandante da Região Militar de Angola, província para onde já seguiu, a fim de tomar posse das suas novas e importantes funções.

«A Voz de Loulé» apresenta àquele Oficial-General os votos de muitas felicidades no desempenho do alto cargo em que acaba de ser investido.

ALTE; Teixeira Gomes É NOME DE RUA



Em Alte também se dança...

● LER NA PÁGINA —> 3

NOTA QUINZENAL

ESCREVEU, já lá vão alguns séculos, o poeta Sá de Miranda, criticando os efeitos do comércio que Portugal mantinha com o Oriente: «ao cheiro desta canela / o reino nos despovoa».

FINDARAM contudo, no eterno fluir do tempo, as atracções que em nós exerciam as bandas do sol nascente, por força de mais recentes e sedutoras Tapobanas, das quais será bastante difícil passarmos impunemente além (de poetas continua a ser o espírito desta Nota)...

MILHARES de algarvios, neste exacto momento, são solicitados pelos cheiros de outras canelas — o dólar, o franco, o marco... —, contrariando até uma certa tendência local para fazer do Turismo a grande descoberta das moiras encantadas.

SE é um facto que este novo comércio de braços e de cérebros «o reino nos despovoa», que aconteceria, por outro lado, se todos esses milhares de nossos compatriotas retornassem súbitamente à terra que lhes foi berço para exigirem o lugar que lhes foi negado? Certamente não haveria moiras que bastassem...

Construções Vilamoura, S.A.R.L.

RELATÓRIO E CONTAS - 1971

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas

1. Com a constituição da nossa sociedade pretendeu-se fundamentalmente ir ao encontro das dificuldades com que deparam todos os que, no Algarve, necessitam de recorrer à indústria de construção civil.

Como é unanimemente reconhecido, a insuficiência de empreiteiros locais dotados de estrutura adequada e o desinteresse muitas vezes manifestado pelas grandes empresas, que não consideram o volume de trabalhos proporcionado à sua dimensão tem conduzido em muitos casos ao aparecimento de dificuldades frequentemente insuperáveis.

Por outro lado, o assinalável surto de desenvolvimento que o empreendimento de Vilamoura atravessa, levou a encarar a eventualidade de, através duma sociedade essencialmente dedicada à construção civil e à realização das infraestruturas do empreendimento, se procurar eliminar ou reduzir, quanto possível, as dificuldades que surgem.

Com este fim se constituiu em Novembro de 1971 a nossa sociedade e é igualmente nesse condicionalismo que se insere a actividade do seu primeiro exercício aliás reduzida dados os seus dois meses de existência.

2. De facto, o curto período de tempo que a sociedade já tem de vida, foi essencialmente dedicado à sua estruturação e a dotá-la de equipamento considerado necessário numa primeira fase.

Como o Balanço e Contas evidenciam, não deixou, por isso, de se tomar conta de algumas obras localizadas em Vilamoura.

Já no corrente ano, assumiu-se a responsabilidade de outras obras de maior vulto e espera-se, muito em breve, que importante decisão seja tomada quanto à reali-

zação de obra de grande fôlego, que sem dúvida muito irá contribuir para impor a sociedade no ramo da actividade a que se dedica.

E, assim, com a maior confiança que encaramos a futura actividade da nossa sociedade.

3. Como o Balanço mostra, nas Contas do Património utilizaram-se os critérios valorimétricos adequados em obediência às disposições legais aplicáveis.

O prejuízo que as Contas acusam são de considerar normais, atento o diminuto tempo de actividade.

4. Por ter sido chamado a desempenhar elevadas funções governativas deixou de exercer o cargo de Fiscal Único o Ex.^{mo} Senhor Dr. Alfredo Jorge Assis dos Santos a quem apresentamos os nossos melhores cumprimentos.

Ao Ex.^{mo} Senhor Dr. José Caio de Loureiro da Cunha Mota que, por essa circunstância, na qualidade de suplente, foi chamado a exercer funções de Fiscal Único efectivo apresentamos os nossos melhores agradecimentos pela colaboração prestada.

5. A todos os colaboradores da sociedade igualmente agradecemos o interesse e dedicação que têm posto na sua actividade.

Vilamoura, 28 de Fevereiro de 1972

O Conselho de Administração,

Presidente — *Silvério Martins da Silva*

Manuel de Jesus Costa de Matos Bentes de Oliveira

Agostinho de Castro Martins

BALANÇO DE CONSTRUÇÕES VILAMOURA, S. A. R. L., EM 31 DE DEZEMBRO DE 1971

ACTIVO			PASSIVO		
DISPONIVEL			EXIGIVEL		
Caixa	17 106\$40		Fornecedores	409 053\$80	
Depósitos à Ordem	299 990\$00	317 096\$40	Encargos Sociais a Pagar	76 514\$50	
REALIZAVEL			Impostos a Pagar	12 786\$00	498 354\$30
Clientes	576 683\$80		REDUÇÃO DO ACTIVO		
Devedores e Credores Diversos	5 257\$90		AMORTIZAÇÕES		
Matérias Primas	732 207\$30		De Gastos de Constituição e Aumento de Capital	5 961\$50	
Obras e Serviços em Curso	11 021\$80	1 325 170\$80	De Móveis e Utensílios	32 676\$70	
IMOBILIZADO			De Instalações	16 173\$40	
Gastos de Constituição e Aumento de Capital	17 902\$50		De Maquinaria e Utensilagem	24 566\$80	
Móveis e Utensílios	274 884\$50		De Viaturas	55 560\$20	134 938\$60
Instalações	161 734\$30		SITUAÇÃO LÍQUIDA		
Maquinaria e Utensilagem	102 013\$70		INICIAL		
Viaturas	191 040\$90	747 575\$90	Capital	2 000 000\$00	
SITUAÇÃO LÍQUIDA					2 633 292\$90
ADQUIRIDA					
Ganhos e Perdas		243 449\$80			
		2 633 292\$90			

O Contabilista,

António Boaventura Gonçalves Brás

O Conselho de Administração,

Presidente — *Silvério Martins da Silva*
Manuel de Jesus Costa de Matos Bentes de Oliveira
Agostinho de Castro Martins

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Débito	Crédito
Vendas		50 000\$00
Serviços e Trabalhos Prestados		526 683\$80
Trabalhos Executados p. ^a a Própria Empresa		33 150\$00
Obras e Serviços em Curso		11 021\$80
Compras	785 567\$60	
Existência em 31/12/71	732 207\$30	
Gastos com o Pessoal		529 744\$90
Gastos Gerais de Gestão		
Encargos Parafiscais	85 669\$20	
Outros Gastos	44 873\$30	130 542\$50
Encargos Financeiros		39\$10
Trabalhos Executados por Terceiros		15 680\$00
Amortizações		
De Gastos de Constituição e Aum. de Capital	5 961\$50	
De Móveis e Utensílios	32 676\$70	
De Instalações	16 173\$40	
De Maquinaria e Utensilagem	24 566\$80	
De Viaturas	55 560\$20	134 938\$60
Prejuízo Líquido		243 449\$80
	864 305\$40	864 305\$40

O Contabilista

António Boaventura Gonçalves Brás

O Conselho de Administração

Presidente — *Silvério Martins da Silva*
Manuel de Jesus Costa de Matos Bentes de Oliveira
Agostinho de Castro Martins

PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

No desempenho da nossa função acompanhámos com o maior interesse e atenção a actividade da nossa sociedade, no seu ainda reduzido período de existência.

O Relatório do Conselho de Administração, o Balanço e a Conta de Ganhos e Perdas encontram-se elaborados com observância das disposições legais e estatutárias.

Os critérios valorimétricos utilizados obedecem também às normas legais aplicáveis.

Ao Conselho de Administração agradecemos as palavras que no Relatório nos são dirigidas.

ASSIM, SOMOS DO PARECER:

1 — Que aproveis o Relatório, Balanço e Contas relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1971.

2 — Que aproveis um voto de louvor ao Conselho de Administração pela orientação imprimida à actividade da Sociedade.

Vilamoura, 1 de Março de 1972

O FISCAL ÚNICO,

José Caio de Loureiro da Cunha Motta

Cada vez mais SE IMPÕE

(Continuação da 1.ª página)

tos representados na afluência de 3 milhões e 800 mil turistas, cabendo, nestes números ao Algarve a percentagem de 65% na ocupação de hotéis nacionais, enquanto ao Distrito de Lisboa coube apenas a de 47%.

Significa isto à priori, que o Algarve é o fulcro de atracção turística do Continente e que mal anda ou pensa quem desprezar estes valores estatísticos.

Se o Algarve atrai, em relação a Lisboa, mais 18% de turistas porque é que se tarda em dar ao Algarve, maior possibilidade de comunicar com Lisboa para que o ímpar movimento turístico que acusa se espalhe e difunda pelo Continente?

E como é que se pode promover essa difusão ou aproveitamento deste caudal turístico? Criando entre o Algarve e as regiões do Alentejo e Estremadura maiores possibilidades de contacto ou de comunicação.

Sabe-se que é difícil e tormentosa é a ligação rodoviária com Lisboa através da E. N. n.º 2 de Faro a Chaves, sobretudo na saída do Algarve para Lisboa ou na entrada do Algarve para quem vem de Lisboa.

Sabe-se que quem chega do Algarve, a Almodôvar por uma

(Continuação na 8.ª página)

Goncinha (Loulé)



Benvinda J. Santos Agradecimento

Sua família, nesta hora de amargura, vem tornar público o seu mais penhorado agradecimento a quantos se interessaram pelo estado de saúde da saudosa extinta e bem assim a todos aqueles que a acompanharam à derradeira morada, cujos nomes em penhor de reconhecimento, se publicam:

Joaquim dos Santos Vairinhos, Joaquim Mendes Pinto, Manuel Viegas Corneta, Maria Odete da Piedade Gonçalves, Ricardo Casinha, José Gago Gominho, Ildefonso Manuel Nascimento, Francisco Guerreiro Brito, Ricardo Bárbara Leal, Hélder de Brito da Silva, José Mestre Madeira, José Mestre, Manuel Pereira, Joaquim Gonçalves Cachão António Rodrigues Coelho, Vitorino da Piedade, António de Sousa Simão, Joaquim de Sousa Silva, José de Sousa Correia, José Martins Mendonça, Joaquim da Luz Morgado, Manuel Joaquim de Sousa, José Correia Dias, Joaquim Correia Pencarinha, Manuel Mendes Viegas, Manuel Guerreiro Murta, Custódio Nunes Murta D. Maria de Sousa Lúcio, José Pereira Guerreiro Renda, Gilberto Martins Coelho, Artur das Dores, D. Lucrécia da Silva, D. Maria da Conceição Santos Correia, D. Maria de Lurdes Pencarinha, Cristóvão Viegas, D. Maria da Piedade da Silva, Daniel Gonçalves, Amadeu Guerreiro, Luísa do Carmo, D. Alice de Jesus, D. Maria da Assunção, Joaquim Lúcio, Manuel Portela Nunes dos Cabeços, José Mendes dos Cabeços, D. Suzana do Carmo Justo, D. Ricardo Guerreiro, Bárbara, Joaquim Cristóvão Ricardo, David L. Viegas, Eduardo G. Coelho.

Páginas de Loulé antigo

(Continuação da 1.ª página)

empréstimo ao Estado de vinte e cinco mil cruzados.

DIOGO LOBO PEREIRA, fidalgo por alvará de 1720. Foi da casa real, cavaleiro da Ordem de Cristo e capitão de uma companhia de auxiliares do Algarve, Sargento-Mor da praça de Castelo de Vide, governador de Valença e governador da praça de Loulé.

FRANCISCO AUGUSTO CORREIA BARATA, licenciado em filosofia, foi lente catedrático em 1877.

JOÃO BAPTISTA BARROS, formado em medicina fez seu curso tão brilhante que tomou Capelo e foi lente em Coimbra.

JOÃO BAPTISTA DE BARROS VASCO, formado em direito. Foi um distinto advogado. Defendeu difíceis processos. Orador de farta e forte eloquência, falava horas seguidas, «dias inteiros, sempre pausado na sua dialectica de ferro». Cativante com o seu verbo compreensivo e arrebatador, tinha o condão de empolgar, sempre, os espíritos dos jurados. Foi no século passado (1818-1873), na faceta oratória, um hábil electrizador das massas ouvintes igual ao que, em nossos dias, nos foi dado ouvir, ver e admirar, no também distinto advogado louletano, nosso querido e saudoso amigo, DOUTOR José Pedro Barros Vasco, porém, depois de muitos anos de brilhante comportamento profissional e moral, desgostou-se com a falta de apoio, parece, dos seus conterrâneos no campo político, ou, por quaisquer razões de ordem social ou pessoal. E no último quartel da vida tornou-se sombrio, isolado,

Além de oficiais, cavaleiros, eclesiásticos, escritores, marinheiros, políticos, etc., no campo artístico temos alguns pintores.

JOAQUIM JOSE RASQUINHO (1736-1822). Renegou a teologia que a paternidade lhe queria impôr e aplicou-se à Arte da sua paixão — a pintura. A sua alma de artista era de fincullate. O desenho e a pintura não tinham segredos para a sua veia de génio maior e superior talento. O seu traço deixou-o bem vinculado em quadros de grande categoria que devem existir em Alvor, Faro, Tavira, e em outras localidades. Também fotógrafo exímio, «foi ele quem tirou o retrato do reverendo D. Francisco Gomes do Avelar, que se acha no palácio episcopal».

Em idade avançada ainda executava pinturas maravilhosas pela graça do colorido e pelo especial mimo com que as tratava. Foi um Grande numa terra tão pequena!

«A VOZ DE LOULÉ»
N.º 490 — 16-5-1972

Tribunal Judicial da Comarca de Loulé

ANÚNCIO

1.ª Publicação

Faz-se saber que no dia 21/6/972, às 11 horas, no Tribunal Judicial desta comarca e nos autos de acção especial de divisão de causa comum que correm seus termos pela 2.ª secção de processos, em que são: Requerentes: — Francisco Severino Lopes, casado, proprietário, residente em Poço Novo, Almancil e outro, e Requeridos: Custódio Guerreiro Galvão e Manuel Guerreiro Galvão, residentes em Panaderia Oporto, Avenida Bermudes, Maracay, Venezuela, vai ser posto em praça, pela 1.ª vez para ser arrematado ao maior lance oferecido acima do valor adiante indicado, o seguinte prédio dividendo:

Imóvel a pracear:

«Um bocado de terra de regadio com direito a 24 horas de água por semana, de uma nora situado nesta propriedade, no sítio do Ludo, freguesia de Almancil que confina do nascente com o ribeiro, do norte com Joaquim Brito Matinhos, do poente com o mesmo e outros e do sul com herdeiros de Francisco Domingos de Sousa, inscrito na matriz sob o art.º 189, com o valor matricial, pelo qual vai à praça, de 4 080\$00.

Loulé, 4/5/972

O Juiz de Direito,

(a) António César Marques

e tomou por seu melhor amigo o vinho. Era seu favorito passatempo sentir-se alegre pela acção do álcool. Todavia não deixava de ser o grande homem do foro, o excelente elemento que em política muito bem poderia ascender à craveira de deputado. E o certo é que um dia os grandes vultos de Loulé, abatendo ressentimentos, enchapelados em grande tom, batem-lhe à porta no intuito de o fazerem deputado numas eleições a realizar. A custo a porta é aberta. O procurador doutor ouve-os, franze-lhes a fisionomia como a vergastar-lhes as atitudes anteriormente tomadas para consigo, e responde-lhes. «Então agora que sou um bêbedo, um viciado no vinho, é que se lembram de mim?!... Rua!!»

(Dois advogados de alta craveira profissional, dos quais, nestes apontamentos antigos, bem pode dizer-se: — foram dois «leões» no foro. O doutor José Pedro não herdou do doutor João Baptista Barros Vasco os seus defeitos; mas herdou-lhe, sem dúvida, as suas belas qualidades).

Além de oficiais, cavaleiros, eclesiásticos, escritores, marinheiros, políticos, etc., no campo artístico temos alguns pintores.

JOAQUIM JOSE RASQUINHO (1736-1822). Renegou a teologia que a paternidade lhe queria impôr e aplicou-se à Arte da sua paixão — a pintura. A sua alma de artista era de fincullate. O desenho e a pintura não tinham segredos para a sua veia de génio maior e superior talento. O seu traço deixou-o bem vinculado em quadros de grande categoria que devem existir em Alvor, Faro, Tavira, e em outras localidades. Também fotógrafo exímio, «foi ele quem tirou o retrato do reverendo D. Francisco Gomes do Avelar, que se acha no palácio episcopal».

Em idade avançada ainda executava pinturas maravilhosas pela graça do colorido e pelo especial mimo com que as tratava. Foi um Grande numa terra tão pequena!

E seria uma longa lista de nomes louletanos se fosse citar tantos de que idóneos documentos nos falam. Já noutras «Páginas» desta série de valores, alguns citei. Num apanhado geral pode-se fazer um juízo do que têm sido em todos os campos sociais os filhos de Loulé que merecem ser lembrados. E, porque entre esses um há que há muito me germina na ideia de o lembrar aos meus leitores, ele agora aqui vai tomar o seu legítimo lugar.

(CONTINUA)

LOULÉ



Agradecimento

Manuel Joaquim
Barreiros

Sua família, desejando evitar qualquer falta involuntária, por desconhecimento de assinaturas de todas as pessoas que, de qualquer forma, compartilharam da sua dor, vem tornar público o seu mais penhorado agradecimento a quantos se interessaram pelo estado de saúde do saudoso extinto durante a doença que o vitimou e bem assim a todos aqueles que o acompanharam à sua última morada.

FURGONETA

Vende-se usada, Austin 850, em bom estado.

Informa José de Sousa Neto — Telef. 62120 — Loulé.

Teixeira Gomes

O dia foi bem escolhido: 1 de Maio, primeiro dos dias deste mês das rosas e da liberdade. Que melhor tempo para homenagear o algarvio Manuel Teixeira Gomes, político republicano e extraordinário escritor?...

Alte, a aldeia onde nasceu um grande poeta (Cândido Guerreiro), continua a cumprir a mensagem, dos que fazem das palavras a sua arma: e é a justiça, e o amor, e a dádiva de toda uma população que sabe viver a hora que passa e prestar as honras devidas a quem justamente as merece.

Toda a claridade destas terras do sul está presente na obra de Teixeira Gomes: «Gente Singular», «Novelas Fróticas», e outras tantas obras do escritor. São o espelho admirável de uma realidade nossa conhecida (alinda hoje) e que nos é apresentada através duma linguagem rigorosa, e lúcida, e sensual, que nos seduz e desperta.

Não sabemos quem foi homenageado: se Manuel Teixeira Gomes, antigo presidente da República, preponderante figura política do seu tempo; ou se o escritor (o cantor) do Algarve a um tempo local e universal... De qualquer modo, a resposta neste momento parece-nos de some-nos importância...

A principal artéria da nova zona de urbanização da aldeia

de Alte tem o nome de Manuel Teixeira Gomes. Eis o que nos surge como o mais assinalável e significativo, ultrapassando tudo quanto possa ser especulado acerca da decisão tomada pelas gentes de Alte.

A verdade insofismável: no dia 1 de Maio (apesar da chuva inesperada), centenas de pessoas se deslocaram a Alte, tendo assistido a diversas manifestações festivas, que já se vão tornando habituais de ano para ano; e foram essas pessoas, todavia, que nos deram a certeza de que nenhum exílio pode resolver os problemas... Porque se Manuel Teixeira Gomes escolheu o exílio, o povo algarvio (que um dia há-de ler os seus livros) não teve culpa nenhuma na decisão e um dia poderá dizê-lo...

Viriato Tristão

VENDE-SE

Uma propriedade no sítio do Ribeiro — Boliqueire, com terra de semear, alfarrobeiras e amendoeiras e habitação.

Tratar com Manuel Neves Cruz — C. T. T. — Baixa da Banheira.

Fábrica de Mosaicos Ermidas de Luz e Rosa, Limitada

Certifico que por escritura em 22 de Fevereiro de 1972, a folhas treze do livro de notas B 121 do cartório notarial de Santiago de Cacém, a cargo da Notária Licenciada Maria Carolina Martins Soares, foi constituída entre os sócios MARIA DE JESUS CARDOSO RAMOS E BARROS FAISCA, JOÃO DA GRAÇA LUZ e FRANCISCO DOMINGOS ROSA, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos seguintes:

A) — A sociedade adopta a denominação Fábrica de Mosaicos Ermidas de Luz e Rosa, Limitada, tem a sua sede, em Ermidas — Sado, neste concelho e a sua duração é por tempo indeterminado a contar de hoje.

B) — O seu objecto é a indústria e comércio de mosaicos e outros artigos de cimento e materiais de construção, podendo a sociedade decidir pelo exercício de qualquer outro ramo de comércio ou indústria.

C) — O capital social é de noventa mil escudos e corresponde à soma de três quotas iguais, uma de cada sócio, integralmente realizado e representado: em dinheiro, quanto à sócia Maria de Jesus, em bens móveis e imóveis, quanto ao sócio João da Graça Luz, em bens móveis, imóveis e dinheiro quanto ao sócio Francisco Domingos Rosa; estes bens móveis são uma prensa e bomba hidráulicas; os imóveis, um prédio urbano, com área coberta de descoberta de quinhentos e sessenta metros quadrados, situado na rua número nove da povoação de Ermidas — Sado neste concelho, descrito no Conservatório do Registo Predial sob o número de sessenta mil oitocentos e cinquenta e oito do livro B quarenta e nove e inscrito a seu favor sob o número vinte e quatro mil e oitenta e oito e vinte

e quatro mil duzentos e cincoenta e cinco do livro G vinte e quatro, omisso na matriz; o sócio Luz valoriza em vinte e dois mil e quinhentos escudos e sete mil e quinhentos escudos as suas entradas em bens imóveis e móveis, respectivamente; o sócio Rosa valoriza as suas entradas com bens móveis em dois mil e quinhentos escudos, com bens imóveis em dez mil escudos, e o restante, de sessenta mil e quinhentos escudos, em dinheiro.

D) — Na cessão de quotas a favor de estranhos tem direito de preferência a sociedade em primeiro lugar, em seguida os outros sócios, preferência que será exercida pelo valor da quota segundo o último balanço aprovado.

E) — A gerência, dispensada de caução, com ou sem remuneração, conforme a assembleia decidir pertence aos três sócios, desde já nomeados gerentes; a sociedade fica obrigada só com a intervenção de dois gerentes, em assuntos de mero expediente basta a assinatura de um deles.

F) — Sempre que a lei não exija outras formalidades, as reuniões da assembleia geral serão convocadas por cartas registadas dirigidas aos sócios com oito dias de antecedência pelo menos.

Está conforme ao original, e declara-se que na parte omitida nada há que amplie, restrinja, modifique ou condicione a parte transcrita.

Cartório Notarial de Santiago de Cacém, vinte e seis de Fevereiro de mil novecentos e setenta e dois.

A Ajudante do Cartório

a) Alvarina Espada Lopes

VENDE-SE

Um monte a 3 kms de Loulé, com casas de habitação e garagem, árvores de fruto e terra de semear.

Tratar com o próprio no Largo Dr. Oliveira Salazar, n.º 2 — Loulé.

Telefones n.ºs 62710 ou 62707.

Terreno - Vende-se

Situado em Ferrarias, junto à praia de Vale de Lobo (Almansil).

Tratar com proprietária: Francisca Guerreiro Farias — Rua Prof. Antunes Varella, 51-1.º — Telefone 2274140 — Barreiro.

LOULÉ NA VANGUARDA DO PROGRESSO

CISUL → NOVA FISIONOMIA PARA O ALGARVE

O despertar
duma nova Indústria
para o ALGARVE

Por despacho de Sua Exceência o Secretário de Estado da Indústria, de 15 de Março de 1971, foi autorizado o Eng.º Mário Augusto Gaspar, em seu nome ou no de uma Sociedade a constituir, a instalar uma fábrica de cimento no distrito de Faro.

Este despacho veio publicado no Boletim da Direcção Geral dos Serviços Industriais a 24 de Março de 1971.

Sem perda de tempo, a 30 de Março saíram para o mercado internacional as consultas para o fornecimento e construção da fábrica prevista, devidamente acompanhadas por um caderno de encargos, definidor de princípios gerais.

Durante Abril e Maio do mesmo ano, técnicos contratados para a nova empresa de cimentos visitaram várias fábricas de cimento e contactaram com as empresas fornecedoras para prestarem os esclarecimentos essenciais. Outros técnicos debruçavam-se sobre o estudo preliminar das rochas do Algarve, para determinar os jazigos de Calcário, Argila, Gesso, etc.

A 16 de Julho de 1971, procedeu-se à escritura Notarial da fundação da CISUL — Companhia Industrial de Cimentos do Sul — S. A. R. L.

A razão de ter sido
escolhido Loulé para
a instalação da Fábrica de Cimentos da CISUL

«A Voz de Loulé» desejava informar os seus leitores acerca do grande empreendimento que cresce no Sítio da Cabeça Alta, a 5 km da nossa localidade, para transformar a fisionomia do nosso concelho e até da própria província algarvia. Os incansáveis afazeres e as constantes viagens ao estrangeiro do Eng.º Mário Gaspar, presidente do Conselho de Administração da CISUL, foram impedindo o desejado encontro, que finalmente se realiza num dia de verdadeiramente, como é de facto este em que nos encontramos sentados no gabinete provisório do fundador da empresa CISUL.

O Eng.º Mário Gaspar tem 49 anos de idade e é natural de Lisboa. Formado pela Universidade de Bruxelas, pode dizer-se que toda a sua vida profissional tem sido dedicada aos problemas do betão quer na metrópole, quer em Angola e mesmo no Brasil. Extremamente atencioso, responde à nossa primeira pergunta:

— Sr. Eng.º, porque foi escolhido Loulé para a instalação da fábrica de cimentos da CISUL?

— A CISUL procedeu directamente a um estudo detalhado das rochas calcárias do Algarve, de norte a sul e de leste a oeste e concluiu que a zona do Cerro da Cabeça Alta era a que oferecia um calcário praticamente puro.

Após a selecção dos terrenos pelos dirigentes, a CISUL encarregou a conhecida firma francesa Lafarge de executar o estudo geológico dos jazigos e o processo de fabrico, tendo em vista a optimização da fabricação.

E também dentro do concelho de Loulé que a CISUL se abastece de xistos e gessos, que são as outras duas matérias primas necessárias para o fabrico de cimento.

Desta forma, pode pois afirmar-se que Loulé possui todos os ingredientes necessários à confecção de um cimento de primeira qualidade.

Sob o ponto de vista da localização a fábrica que fica entre dois sistemas montanhosos, a norte o Cerro da Cabeça Alta e a sul os Cerros Montrigo e dos Barreiros, está situada num vale orientado na direcção de sudoeste.

Embora não consideremos que uma fábrica de cimento seja um elemento perturbador de vistas panorâmicas, a verdade é que procuramos situar a nossa fábrica de modo a não prejudicar os belos ambientes algarvios enriquecidos com as construções dos conjuntos turísticos.

A fábrica da CISUL está situada a mais de 5 km da povoação importante mais próxima.

Todas as características que acabamos de apontar, são o resultado de longo estudo e de ponderação, pois não foi chegar ao Algarve e no primeiro local que nos apareceu, implantar uma fábrica de cimento.

O nosso empreendimento foi observado com o maior cuidado dentro para fora, mas foi sobretudo observado no sentido de fora para dentro.

Tivemos bem em consideração a zona turística em que estamos e qual o interesse que ela hoje tem na conjuntura económica do nosso país.

Estamos no Algarve para colaborar no desenvolvimento desta província.

Como complemento podemos ainda acrescentar que a fábrica da CISUL está muito bem situada sob o ponto de vista de distâncias aos centros de consumo, encontrando-se praticamente no centro de gravidade do Algarve.

Rede de Estradas:
Um problema

O nosso interlocutor fala com desenvoltura, sem rebuscar os termos da sua conversação. Sentimos que estamos perante uma pessoa que domina totalmente o assunto a que dedica a sua actividade. Perguntamos ao Eng.º Mário Gaspar:

— Tem-se verificado alguns inconvenientes com a localização da fábrica em Loulé?

— Antes de mais preocupamo-nos a deficiente rede de estradas que serve Loulé.

Se não se criarem novas estradas, o trânsito através de Loulé será insustentável, pois cada 5 minutos esta vila será atravessada por um camião de 22 toneladas.

É oportuno, necessário e sobretudo justo, afirmar aqui que temos recebido do Sr. presidente da Câmara de Loulé, a melhor e mais entusiástica colaboração e boa vontade em resolver todos os problemas a nível camarário. Infelizmente, nem sempre noutros departamentos oficiais temos encontrado o mesmo acolhimento.

Caminho de ferro:
Um obstáculo

E, falando ainda de alguns graves inconvenientes que se deparam à CISUL, o Eng.º Mário Gaspar acrescenta:

— O caminho de ferro está a

A fábrica de cimento da CISUL
impõe a solução das vias rápidas
de ligações a Loulé

3 km da nossa fábrica o que representa um problema.

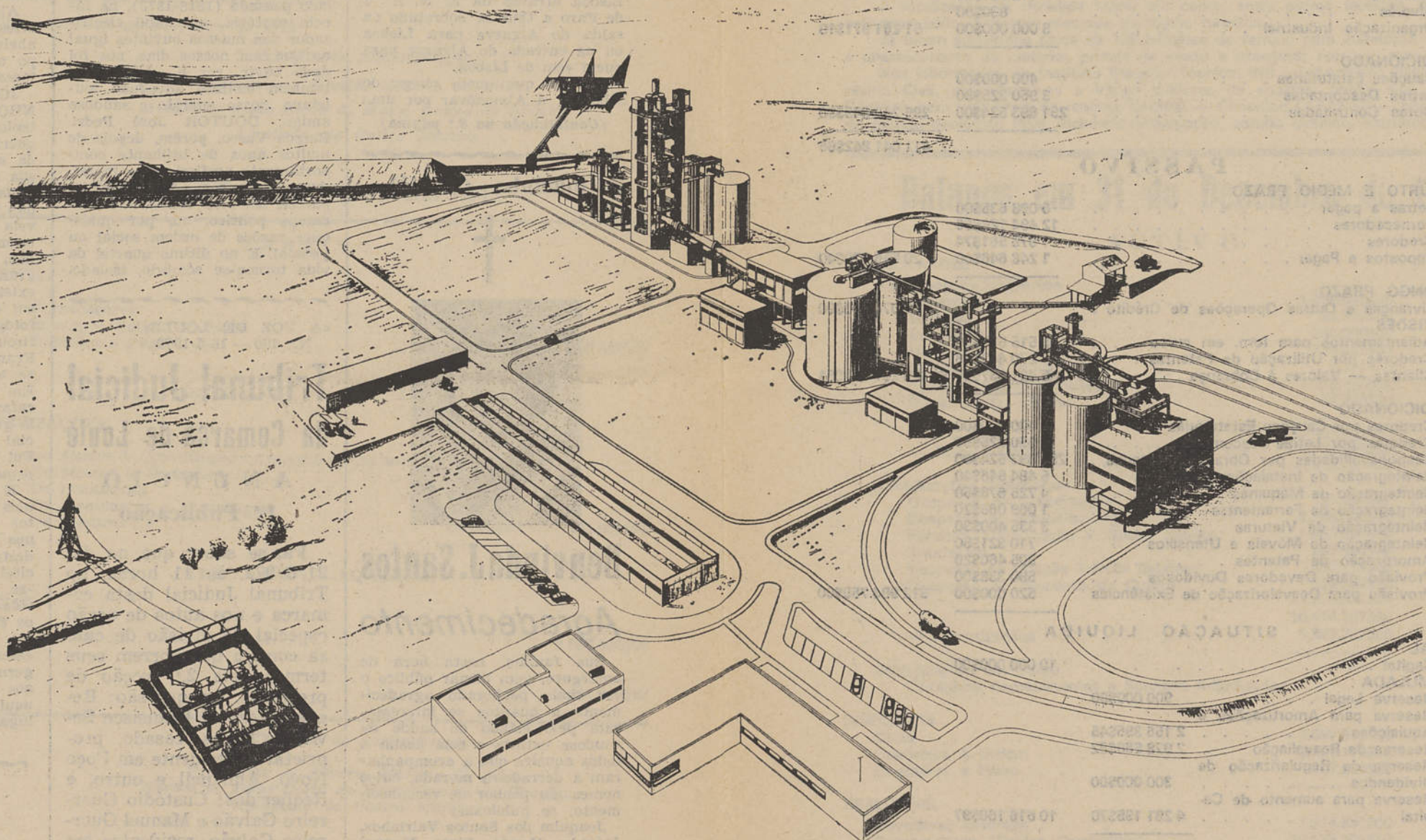
Mas desejamos e necessitamos construir um ramal que permita a chegada de vagões às nossas instalações fabris. O problema já foi posto à C. P.

Dada a localização da nossa fábrica, exactamente entre a estação de Boliqueime e a Vila de Loulé, julgamos — sem pretender meter a foice em seara alheia — que é agora a verdadeira (e talvez última) oportunidade para que o caminho de ferro chegue a Loulé.

Não ignoramos o investimento enorme que estes quilómetros representam. Não ignoramos os problemas da C. P. e conhecemos bem o valor da obra de renovação da via, que se está a operar no nosso país, mas o velho problema do acesso ferroviário a Loulé talvez possa ser encareado finalmente.

Pela nossa parte estamos dispostos a dar a maior colaboração possível no sentido de modificar o ramal CISUL em desvio para Loulé.

«Julgamos que a concisão na observação e a rapidez na decisão podem co-existir e que não são dois conceitos antagónicos» — Eng.º Mário Gaspar



Antevisão do que será o complexo industrial da CISUL já em adiantada fase de construção

Características gerais
da fábrica

Seguimos atentamente as palavras do Eng.º Mário Gaspar, que julgamos extraordinariamente importantes. De facto, quer o problema das deficientes estradas, quer o do ramal de caminho de ferro, parecem tornar-se vitais não só para o harmónico desenvolvimento da fábrica de cimento da CISUL, mas também para satisfação das necessidades das populações do nosso concelho.

Solicitamos em seguida ao Eng.º Mário Gaspar nos informe de algumas das características da nova fábrica, no que somos prontos e gentilmente atendidos: — Posso desde já fornecer-lhe os seguintes elementos:

Áreas dos terrenos já adquiridos — cerca de 180 ha; Investimento total previsto (1.ª fase) — 580 000 000\$00; Início da produção — 1 de Agosto de 1973.

Pessoal previsto: Engenheiros — 9.

Agentes Técnicos de Engenharia — 8.
Encarregados — 10.
Motoristas — 23.
Empregados — 110.

Oficinas especializadas de assistência:

Serralharia civil.
Serralharia mecânica.
Serralharia mecânica-auto.
Electricidade.
Edifícios:
Escritório — 2 500 m².
Portaria — 500 m².
Armazéns — 2 500 m².
Refeitórios e instalações de convívio — 800 m².
Consumo de electricidade por ano — 36 000 000 kw/horas.

Regalias
dos empregados

— Sr. Eng.º, a CISUL concede aos seus funcionários algumas regalias especiais que mereçam ser destacadas?

— Além do ordenado mensal, os empregados da CISUL gozam das seguintes regalias: 1.º — A

refeição tomada durante o período de trabalho é gratuita; 2.º — Assistência médica gratuita; 3.º — Cursos de formação em Portugal e no estrangeiro gratuitos; 4.º — Férias segundo o mesmo escalão dos contratos de trabalho assinados em Portugal e não segundo o contrato de trabalho específico de cada profissão; 5.º — Transporte gratuito entre a fábrica e Loulé; 6.º — Subsídio de férias segundo o mesmo princípio atrás anunciado; 7.º — Dez por cento dos lucros líquidos são para entrega aos empregados segundo uma fórmula dependente do ordenado, antiguidade, assiduidade, dedicação e correcção (esta regalia está instituída no pacto social da Companhia); 8.º — Décimo terceiro mês na época de Natal. Em resumo pode enunciar-se que os empregados têm direito a três pagas extras: Páscoa — distribuição de 10% do lucro; Verão — subsídio de férias; Natal — décimo terceiro mês.

Os regulamentos de admissão, regalias e disciplina serão aprovados pelo I. N. T. P.

Algumas considerações
sobre o problema da
poluição quando aparecem as unidades
industriais

Sendo já do conhecimento público que a CISUL vai montar um sistema anti-poluição cujo custo ronda os trinta mil contos, e sendo este um problema que nos afecta a todos (e que aliás preocupa neste momento os governos de quase todo o mundo), pedimos ao Eng.º Mário Gaspar que nos concretize quais as medidas que efectivamente vão ser tomadas pela CISUL neste capítulo. A resposta do nosso amável entrevistado é pronta e extremamente esclarecedora:

— Desde o início do nosso século que investigadores de alguns ramos da ciência, em colaboração com técnicos de diversas indústrias, se debruçaram sobre o problema da poluição. A poluição é uma consequência da civilização industrial.

Não há a menor dúvida hoje, que os gases exalados pelas chaminés das fábricas, das estufas, dos veículos automóveis, dos aviões, dos barcos, dos fornos, as deficiências das redes de esgotos, a ausência de estações de tratamento de esgotos e de tratamentos de lixos, o deficiente tratamento das águas potáveis, a má aplicação de certos adubos e pesticidas, etc., criam um ambiente, embora por vezes insensível aos sentidos, sempre perigoso para a saúde animal e vegetal.

Em alguns casos, porém, a poluição é directa e o ser humano, sobretudo, pode aperceber-se facilmente de que está a ser contaminado.

Até certo momento da história da civilização industrial, tanto por defeito dos sistemas políticos que orientam o mundo como por desconhecimento científico de técnicas que pudessem obstar à formação de produtos provocadores da poluição; pouco foi feito para impedir um desenvolvimento sempre crescente deste grave problema.

A instalação da fábrica de cimento
proporcionará a Loulé a sua última
oportunidade de ver realizado o seu
sonho de desvio da linha férrea

A poluição apresenta-se sobre variados aspectos e depende de inúmeros factores.

Os aspectos mais graves da poluição são aqueles em que os processos de combate são mais difíceis de aplicar por não se poder individualizar a origem.

Assim, podemos classificar a poluição sob três formas principais:

1.º — Poluição devida a agentes móveis, tais como automóveis, aviões, barcos, pesca proibida, insecticidas, detergentes, etc.

2.º — Poluição devida a grandes aglomerados, constituídos muito rapidamente, onde não houve tempo ou o cuidado de instalar redes de esgotos (correctamente executadas), estações de tratamento de esgotos, condutas de tratamento de água potável; tais como: concentrações de hotéis, zonas turísticas de grande densidade de habitação, etc.

3.º — Poluição das águas do ar devida à instalação de grandes unidades industriais tais como siderurgias, celulosas, cimentarias, fundições, refinarias, químicas, etc., etc.

Esta classificação obedece apenas à constatação do que está acontecendo na prática, quarto a meios para impedir ou anular a poluição.

As causas da poluição do primeiro grupo, são as de maior dificuldade de detecção.

As causas do segundo grupo verificam-se em todos os países, embora uns mais que outros já possuam uma legislação e sobretudo umas infra-estruturas adaptadas às exigências.

E bem sabido o que se passa nas praias das margens do Tejo, entre Lisboa e o Estoril; o que se passa nas praias do Algarve ou o que se passa nas praias esportivas do Mediterrâneo.

Equacionado pois, o problema da poluição, embora que esquematicamente, vamos tentar debruçar-nos sobre o terceiro grupo ou seja aquele que nos diz respeito:

— Poluição devida à instalação de grandes unidades industriais.

É exactamente sobre este assunto específico que pretendemos prestar os nossos esclarecimentos à população algarvia e a todos os que se interessam por problemas desta natureza.

«Este sector que a poluição é mais espectacular»!

As águas barrentas, cinzentas, negras ou as nuvens enegrecidas, não passam despercebidas a ninguém.

Pela transformação que a sociedade foi sofrendo e com a mudança da riqueza do campo para a fábrica, a indústria foi-se tornando o símbolo daopotência, da riqueza e da exploração humana.

As populações são vítimas do seu próprio desenvolvimento. E embora a indústria trouxesse mais bem-estar, como havia acambrando a riqueza; ela era e é, mal aceite pelos velhos do Restelo. Onde a crítica acérrima é consequência da poluição é facilidade de estabelecer.

As indústrias conscientes observaram com rapidez que era necessário fazer fosse o que fosse para impedir a extensão deste mal que dominava já os lugares industriais, as aldeias ou as cidades.

Os poderes públicos aperceberam-se também da gravidade do problema, e legislações tendentes a evitar a propagação da poluição foram estabelecidas.

Legislar é sempre mais simples do que executar infra-estruturas.

Julgamos com toda a sinceridade de que neste sector é onde se têm feito os maiores investimentos, não só devidos a imposições governamentais como à própria iniciativa particular, com a finalidade de obstar, o possível, à poluição do ar e da água.

Engenheiros, químicos, físicos, médicos, etc., iniciaram uma luta sem tréguas, mas ainda estamos longe, muito longe aliás, de se encontrarem todos os problemas resolvidos.

É um tributo que a sociedade paga ao tentar alterar o equilíbrio da natureza.

Ora a indústria podia, ou pelo menos diz-se que podia e devia, tomar sobre os seus ombros todos os encargos que resultariam das medidas pertinentes para impedir a poluição.

A indústria era localizável, era fixa e portanto o diagnóstico era fácil — sobretudo para os não industriais.

Mas era necessário, acima de tudo, encontrar soluções e os industriais conscientes do papel que desempenham no mundo de hoje, não regatearam esses trabalhos por vezes difíceis.

Sem que possa considerar-se uma desculpa, não devemos deixar de afirmar que os equipamentos para impedir a poluição, não são rentáveis — sob o moderno conceito de economia — e é necessário que o industrial tenha uma mentalidade e uma preparação muito especial para poder colocar acima do «preço de custo» dos seus produtos o bem da própria sociedade dos homens.

«Esta mentalidade que começa a despertar no mundo.

Os fenómenos que vimos apontando como defeitos da nossa civilização são iguais nas sociedades capitalistas como nas sociedades do Estado capitalista.

Os fumos de uma refinaria de petróleo na Rússia são iguais aos de uma refinaria nos E. U. A.

A CISUL, consciente de toda a problemática que acabamos de enunciar rapidamente, tomou as suas precauções e tentou estudar o problema com toda a profundidade.

Para a fábrica de cimento que está a erguer próximo de Loulé, embora não tenha nenhum aglomerado populacional importante e menos de 5 Km de distância, procurou assegurar-se de um sistema de depoimento absolutamente eficaz, impondo como percentagem de resíduos nos fumos as quantidades indicadas pelos regulamentos mais exigentes da Europa.

Em que consiste, pois, o despoimento?

Consiste em se conhecer perfeitamente a composição dos fumos, quer dizer, conhecimento exacto das partículas em suspensão nos gases e encontrar o sistema que capte o maior número possível dessas partículas.

De que consta o equipamento de despoimento que a CISUL vai instalar na sua fábrica?

As características fundamentais desse equipamento são as seguintes:

— Equipamento: Filtro electrostático.

— Percentagem residual dos poeiras à entrada do electrofiltro: 50 gr/m³.

— Poder de captação: 99,9%.

— Percentagem máxima à saída do electrofiltro: 0,1 gr/m³.

(Continuação na 8.ª página)

SOMAPRE - Sociedade de Materiais Pré-esforçados, S.A.R.L.

Relatório do Conselho de Administração - 1971

Senhores Accionistas:

No cumprimento do disposto no art.º 24.º dos Estatutos da SOMAPRE, o Conselho de Administração vem submeter à vossa apreciação o Balanço e Contas respeitantes à gerência do ano de 1971.

Durante o ano que findou, é-nos grato salientar que apesar da sobrecarga de trabalhos e esforços que novos empreendimentos originaram a alguns de nós e à própria SOMAPRE, foi possível prosseguir a expansão desta de modo significativo.

Assim continuou-se a completa remodelação da organização dos serviços, iniciada em 1970, com a finalidade de os tornar mais eficientes e adequados às necessidades futuras. Se em alguns sectores esta remodelação não se processou pela forma como desejávamos e tínhamos projectado, é-nos lícito no entanto afirmar que, no seu conjunto, os resultados obtidos permitem confirmar a orientação traçada e a experiência colhida dalguns obstáculos terá conduzido, como é óbvio, a correcções do traçado programado, que igualmente se nos afiguram da maior utilidade no futuro.

As acções desenvolvidas ao longo do ano, pelo Conselho de Administração procuraram manter tudo quanto é da melhor tradição da SOMAPRE: um cuidado atento à qualidade e uma atenção, não menos vigilante, à tecnologia dos produtos fabricados e dos produtos a lançar.

Por isso, a SOMAPRE foi, e é, no seu sector, das empresas com maior quadro técnico.

Um índice que consideramos significativo é o facto de os exames laboratoriais levados a efeito pela C. P. ainda não terem levado à rejeição de uma única travessa entre as examinadas, em número correspondente às centenas de milhares fabricadas.

Temos, neste momento, programados os objectivos a cumprir no ano de 1972 e definida a estratégia empresarial considerada mais adequada à sua realização.

Ao longo do ano de 1971 pode prosseguir-se à série de melhorias sociais que a empresa oferece.

A SOMAPRE continua a procurar, mais que o rendimento dos seus accionistas, a constante melhoria da situação de todos os seus colaboradores, das mais diversas qualificações.

Os acréscimos de produtividade que vimos obtendo, quer pela constante melhoria dos métodos de trabalho fabril, quer pelos investimentos efectuados, melhor organização, crescente qualificação do pessoal e cuidado posto na sua formação, têm-nos permitido evitar incremento de mão-de-obra e confirmam a validade da orientação seguida.

O volume de obras contratadas não tem cessado de crescer e anda agora próximo dos 300.000.000\$00.

O movimento comercial permitiu-nos, inclusivamente, ultrapassar as consequências que têm advindo para a nossa empresa pelo não cumprimento rigoroso do contrato para a renovação integral da via da C. P., por parte de outros intervenientes neste contrato.

O facto, já foi objecto de desenvolvida referência no relatório do ano findo. Infelizmente, apesar de todos os nossos esforços e da boa vontade que temos encontrado por parte da Administração da C. P., a situação continua idêntica à que o ano passado lamentávamos.

Outro facto, que lamentamos, foi o que se passou com o concurso de travessas monolíticas realizado em Moçambique para a Direcção dos Caminhos de Ferro da Província.

As anulações do concurso, a admissão e a consideração de propostas que não respeitavam os seus termos, todas as vicissitudes surgidas, são de molde a que tenhamos de considerar perdido o esforço feito, mau grado sempre tenhamos obtido o primeiro lugar entre os concorrentes.

Duma maneira geral poderemos sintetizar a actividade da SOMAPRE em 1971, acentuando o notável acréscimo do volume de vendas, os investimentos internos efectuados e o facto de a nossa sociedade ter tomado parte na nova empresa CISUL — Companhia Industrial de Cimentos do Sul, SARL, o que nos obrigou a um esforço financeiro considerável.

* * *

Em relação ao Balanço, julgamos que ele é suficientemente claro e elucidativo.

Permitimo-nos somente, chamar a vossa atenção para o facto de, continuando a nossa política de sempre, procurarmos que fossem cuidadosamente observados os critérios valorimétricos estabelecidos nas disposições legais que os definem, valorizando-se a produção a custos reais industriais e os materiais a valores médios de aquisição, procedendo também às maiores amortizações possíveis.

Tudo de molde a permitir uma exacta avaliação do património da empresa e uma rigorosa determinação do resultado do exercício.

Ao lucro líquido de 7.641.866\$48 (SETE MILHÕES SEISCENTOS E QUARENTA E UM MIL OITOCENTOS E SESSENTA E SEIS ESCUDOS E QUARENTA E OITO CENTAVOS), propomos sejam destinados 350.000\$00 (TREZENTOS E CINQUENTA MIL ESCUDOS) para fundo de reserva legal, colocando-se o remanescente à disposição da Assembleia Geral, nos termos do art.º 26.º do pacto social.

* * *

O Conselho de Administração agradece aos corpos gerentes e aos empregados a colaboração que sempre lhe prestaram e a V. Ex.ª a confiança com que o honraram.

Lisboa, 15 de Março de 1972

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,
Mário Augusto Gaspar — Presidente
Fernando de Moura e Silva
Manuel António Baptista Macara

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas:

O Conselho Fiscal da SOMAPRE, Sociedade de Materiais Pré-esforçados, SARL., de harmonia com a lei e os Estatutos, vem apresentar o seu parecer sobre o Relatório, Balanço e Contas da Gerência, respeitantes ao exercício do ano de 1971.

O Conselho de Administração facultou-nos sempre todos os esclarecimentos e elementos necessários à fiscalização da empresa.

As Contas e Balanço apresentam-se com a necessária clareza e exactidão, reflectindo a verdadeira situação patrimonial e financeira da Empresa.

* * *

Salientamos, como de justiça parece, o notável esforço que o Conselho de Administração vem fazendo, quer no sentido de desenvolver e melhorar a produção, na pesquisa de novos produtos e na organização dos serviços e sectores por forma a assegurar o maior dinamismo e eficiência da SOMAPRE, como a posição que no mercado detém, que através do investimento numa nova empresa — a CISUL — Companhia Industrial de Cimentos do Sul, SARL, — que permitirá uma valorização do seu património e uma posição de maior relevo na economia nacional.

* * *

O desenvolvimento da empresa torna, a nosso ver, oportuno e conveniente, o aumento do capital social proposto.

* * *

Nestes termos o Conselho Fiscal propõe que:

- 1.º — Aproveite o Relatório, Balanço e Contas do Exercício de 1971 submetidos à vossa apreciação.
- 2.º — Delibereis sobre a apreciação dos resultados do Exercício em conformidade com o disposto no art.º 26.º do pacto social.
- 3.º — Procedeis à eleição para preenchimento de vagas nos corpos gerentes, de mais um Administrador.
- 4.º — Aproveis a proposta do Conselho de Administração para aumento do capital social para 30.000.000\$00.
- 5.º — Delibereis sobre a proposta do Conselho de Administração sobre a compra ou alienação de quotas nas Sociedades S. M. P. e VIGOPREL e nomeação de um Administrador para executar a deliberação que venha a ser tomada.
- 6.º — Aproveis um voto de louvor ao Conselho de Administração pela maneira zelosa e alto critério com que orientou a actividade da empresa.
- 7.º — Aproveis um voto de louvor a todos os colaboradores e pessoal da empresa.

Lisboa, 15 de Março de 1971

O CONSELHO FISCAL,
Francisco Ventura Rego — Presidente
João Nuno Serras Pereira
Carlos Manuel Borges

BALANÇO DE 1971

ACTIVO

A — DISPONIVEL		
1 — Caixa	504 791\$90	
2 — Depósitos à Ordem	4 231 446\$61	
3 — Depósitos a Prazo	243 432\$00	4 979 670\$51
B — REALIZÁVEL		
1 — Devedores Diversos	3 520 029\$25	
2 — Clientes	11 806 757\$05	
3 — Depósitos de Garantia, Provisões e Abonos	35 611\$30	
4 — Letras a Receber	878 297\$80	
5 — Matérias Primas	2 615 018\$19	
6 — Produtos Fabricados	5 512 465\$76	
7 — Armazéns	1 913 233\$80	
8 — Laboração	353 176\$90	
9 — Títulos de Crédito	1 384 000\$00	
10 — Participações Financeiras	30 537 761\$10	58 556 351\$15
C — IMOBILIZADO		
1 — Instalações Fabris	23 453 762\$30	
2 — Viaturas	5 724 446\$10	
3 — Móveis e Utensílios	1 592 242\$00	
4 — Máquinas	15 047 286\$70	
5 — Ferramentas	2 030 619\$70	
6 — Patentes	412 784\$30	
7 — Alvarás	830\$00	
8 — Organização Industrial	3 000 000\$00	51 261 971\$10
D — CONDICIONADO		
1 — Cauções Estatutárias	400 000\$00	
2 — Letras Descontadas	3 950 325\$90	
3 — Obras Contratadas	291 893 524\$00	296 243 849\$90
		411 041 842\$66

PASSIVO

A — A CURTO E MÉDIO PRAZO		
1 — Letras a pagar	5 098 636\$00	
2 — Fornecedores	12 494 126\$66	
3 — Credores	1 675 561\$74	
4 — Impostos a Pagar	1 248 646\$00	20 516 970\$40
B — A LONGO PRAZO		
1 — Livranças e Outras Operações de Crédito		21 075 000\$00
C — PROVISÕES		
1 — Adiantamentos para forn. em curso	19 515 595\$30	
2 — Credores por Utilização de Patentes	3 270 443\$16	
3 — Clientes — Valores à Cobrança	5 421 047\$35	28 207 085\$81
D — CONDICIONADO		
1 — Credores por Cauções Estatutárias	400 000\$00	
2 — Credores por Letras Descontadas	3 950 325\$90	
3 — Responsabilidades por Obras Contratadas	291 893 524\$00	
4 — Reintegração de Instalações Fabris	5 484 646\$40	
5 — Reintegração de Máquinas	4 725 676\$50	
6 — Reintegração de Ferramentas	1 069 066\$20	
7 — Reintegração de Viaturas	3 335 400\$30	
8 — Reintegração de Móveis e Utensílios	710 321\$50	
9 — Amortização de Patentes	305 460\$20	
10 — Provisão para Devedores Duvidosos	590 338\$00	
11 — Provisão para Desvalorização de Existências	520 000\$00	312 984 759\$00

SITUAÇÃO LÍQUIDA

E — INICIAL		
Capital	10 000 000\$00	
F — ACUMULADA		
1 — Reserva Legal	900 000\$00	
2 — Reserva para Amortizações e Aquisições	2 156 395\$45	
3 — Reserva de Reavaliação	2 978 569\$82	
4 — Reserva de Regularização de Dividendos	300 000\$00	
5 — Reserva para aumento de Capital	4 281 195\$70	10 616 160\$97
G — ADQUIRIDA		
1 — Lucros e Perdas Resultado do Exercício	7 641 866\$48	28 258 027\$45
		411 041 842\$66

O TÉCNICO DE CONTAS,

Hernâni Rodrigues

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

Mário Augusto Gaspar — Presidente
Fernando de Moura e Silva
Manuel António Baptista Macara

Conta de Resultados - Exercícios de 1971

VENDAS		72 360 819\$35
CUSTO DE VENDAS		
Directos	50 001 139\$52	
Indirectos	5 208 771\$70	55 209 911\$22
DESPESAS DE VENDA		5 854 242\$70
DESPESAS C /VIATURAS		745 198\$60
		6 599 441\$30
RESULTADOS FINANCEIROS		1 749 883\$25
RESULTADO LÍQUIDO DE RECEITAS		
ENCARGOS DIVERSOS		53 976\$10
PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS		590 338\$00
PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO EXISTÊNCIAS		121 200\$00
LUCRO ANTES DE IMPOSTOS		8 386 421\$68
IMPOSTOS PAGOS		744 555\$20
LUCRO LÍQUIDO		7 641 866\$48

O TÉCNICO DE CONTAS,

Hernâni Rodrigues

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

Mário Augusto Gaspar — Presidente
Fernando de Moura e Silva
Manuel António Baptista Macara

CISUL - Companhia Industrial de Cimentos do Sul, S.A.R.L.

Relatório do Conselho de Administração - 1971

Senhores Accionistas:

Nos termos legais e estatutários em vigor, apresentamos à vossa consideração o presente Relatório, bem como o Balanço e Contas relativos ao exercício de 1971.

Trata-se, como sabeis, dum ano incompleto e que é o primeiro da vida da vossa empresa. Estamos, porém, certos de que foi tão intensamente vivido que quase todos nós teremos, de algum modo, esquecido o facto.

Na verdade fez-se um esforço que não hesitamos em classificar de notável porquanto ele é acima de tudo devido à generosidade dos colaboradores com que tivemos a felicidade de contar.

O Conselho de Administração cumpriu, na medida do que lhe permitiram as suas limitações, a sua obrigação de corresponder a tal trabalho.

Isso permitiu que um grupo, que é pequeno e não dispõe de recursos excepcionalmente abundantes, tenha conseguido executar as várias acções conducentes à instalação da sua fábrica em prazo que, até ao momento, é muito menor do que o que qualquer outra unidade cimenteira necessitou em Portugal.

Uma consciente atitude voltada ao futuro obrigou-nos a ser capazes de resolver os problemas do presente em menos tempo, com maior impacto e com maior eficácia.

É efectivamente com orgulho que o dizemos.

A autorização ministerial da concessão de licença foi publicada no Boletim Semanal da Direcção Geral dos Serviços Industriais, n.º 273 de 24 de Março de 1971 e o projecto de estatutos aprovado por despacho de 7 de Julho de 1971.

Por escritura de 16 de Julho de 1971, celebrada no 11.º Cartório Notarial de Lisboa, constituiu-se a CISUL com o capital inicial de 10.000.000\$00.

Após os convenientes estudos foi decidido instalar a fábrica junto à estrada n.º 270 que liga Loulé a Boliqueime.

A localização foi decidida tendo em conta, entre outros factores, que o terreno estivesse suficientemente afastado da região turística.

Já foram adquiridos cerca de 120 hectares de terreno para instalação da zona fabril e abastecimento de matérias primas de modo a assegurar reservas para muitos anos.

Nos laboratórios do Instituto Superior Técnico, INII e Laboratório Nacional de Engenharia Civil, procederam-se a vários milhares de ensaios, tendo sido assinado um Contrato com uma firma de renome mundial — Cimentos LAFARGE — para a realização do estudo geológico total, incluindo prospecção, estudo químico, estrutura dos jazigos,

estudo das misturas possíveis, programa de exploração das matérias primas e definição do processo de fabrico.

Os trabalhos de realização das estradas de acesso à fábrica, estradas interiores, captação de águas e arranjos urbanísticos iniciaram-se em 1 de Setembro e apresentam neste momento o aspecto que as projecções de «slides» que vamos efectuar, permitirão a V. Ex.ª (àqueles que ainda ao local se não deslocaram) comprovar.

A 30 de Março já nos tinha sido possível lançar as consultas para o fornecimento dos equipamentos principal e auxiliar referente a toda a linha de fabrico e construção da estrutura do equipamento principal.

Consultámos na Alemanha a POLISIUS, HUMBOLDT, MIAG, WEDAG e HISCHEMANN, na Dinamarca a F. L. SHIMTH, na França a FIVES-LILLE CAIL, a ENSA (CREUSOT-LOIRE), VENOT-PIC e COCEI, na Inglaterra a VICKERS, em Espanha a LUMMUS (americana) e a portuguesa PROFABRIL.

Após o estudo das propostas apresentadas e a deslocação para visitar as fábricas, das mais modernas, por dois Engenheiros do futuro quadro técnico, em 30 de Julho de 1971, foi adjudicado o fornecimento tipo «chave na mão» à ENSA, tendo-se tomado em especial conta e relevo o fornecimento de equipamentos anti-polluição que correspondam ao maior rigor dos regulamentos internacionais conhecidos.

Por escritura de 30 de Novembro foi o nosso capital social aumentado para 40.000.000\$00, projectando-se para o decorrer do próximo ano o seu aumento para 150.000.000\$00.

Em 31 de Dezembro, a situação dos trabalhos podia resumir-se do seguinte modo:

Estavam executados cerca de 2/3 dos planos e estudos para o projecto da construção civil, cerca de 2/3 do total das especificações dos equipamentos e materiais, e realizadas cerca de 30% do valor das encomendas. Estava completo o estaleiro de construção civil incluindo dormitórios, refeitórios, escritórios, edifícios de laboratórios e oficinas de carpintaria, oficinas de construção metálica, instalação de gruas e respectivos caminhos de rolamento, estação de preparação de betão com as respectivas britagens e crivagens de pedra, obras estas a cargo da SOMAGUE, estava preparado o terreno onde serão construídas as instalações fabris e concluído o posto de transformação para o abastecimento de energia eléctrica e o sistema de abastecimento de água ao estaleiro.

★

O facto de se tratar de uma actividade no início, quando apenas houve que fazer investimentos, e a consequente simplicidade e clareza do nosso Balanço, julgamos dispensar-nos de sobre ele formular quaisquer esclarecimentos complementares.

Julgamos tão somente de chamar a vossa atenção para o facto de, nos termos dos Estatutos e dos §§ 2.º e 3.º do artigo 192.º do Código Comercial, com o parecer favorável do Conselho Fiscal, ter sido resolvido atribuir aos accionistas um juro intercalar de 5% sobre o capital realizado.

★

Ao Conselho Fiscal deixamos expresso o nosso agradecimento pela colaboração prestada.

★

A nossa realização, que repetimos, nos orgulha, foi possível dado o clima extraordinário que sempre encontrámos, nas entidades oficiais, nomeadamente:

- Secretaria de Estado da Indústria
- Secretaria de Estado do Tesouro
- Direcção Geral dos Serviços Industriais
- Inspeção Superior de Créditos e Seguros
- Direcção Geral do Comércio
- Banco de Portugal.

Clima este que nos leva a acreditar e por isso mesmo a colaborar entusiástica e abnegadamente, no progresso e no engrandecimento do nosso País.

Lisboa, 13 de Março de 1972

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

Mário Augusto Gaspar — Presidente
Manuel António Baptista Macara
João Nuno Serras Pereira

Mapa do resultado do exercício

Reintegrações	93.758\$00
Amortizações	1.802.722\$00
Encargos de Administração	36.515\$40
Perdas e Ganhos — Resultados do Exercício	1.932.995\$40

O TÉCNICO DE CONTAS,

José Trindade do Carmo Rocha

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

Mário Augusto Gaspar — Presidente
Manuel António Baptista Macara
João Nuno Serras Pereira

EXERCÍCIO DE 1971

Relatório e parecer do Conselho Fiscal

Srs. Accionistas,

Em cumprimento do nosso mandato e de conformidade com a lei e os nossos estatutos, acompanhamos durante o exercício findo a marcha dos negócios sociais, tendo sempre encontrado as contas em boa ordem, e de harmonia com a lei.

Tivemos ocasião de visitar por diversas vezes as obras de construção da nossa fábrica de cimento que se estão a desenvolver no concelho de Loulé.

Tendo em vista as características do exercício, e dado que a nossa Empresa foi constituída já na segunda metade do ano findo e que a construção da fábrica acaba de iniciar-se, decidiu a nossa Administração que todos os gastos realizados no exercício com excepção das Reintegrações e Amortizações e uma pequena parte de Encargos de Administração, fossem imputados a Imobilizações Incorpóreas sob a rubrica «Despesas de Estabelecimento».

Assim, somos do parecer que sejam aprovados o relatório, balanço e as contas do exercício apresentados pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 15 de Março de 1972

O CONSELHO FISCAL,

Fernando de Moura e Silva — Presidente
Carlos Manuel Borges
Fernando da Silva Pereira

Balanço em 31 de Dezembro de 1971

ACTIVO

IMOBILIZAÇÕES

Imobilizações Corpóreas

Terrenos	1.889.930\$50
Edifícios	64.319\$40
Instalações	280.000\$00
Veículos	739.033\$00
Equipamento Industrial	8.122\$50
Equipamento Administrativo	125.150\$30
Equipamento Diverso	78.770\$00

— Reintegrações	3.185.325\$70	3.091.567\$70
	93.758\$00	

Imobilizações Incorpóreas

Despesas de Constituição	81.710\$00
Despesas de Estabelecimento	4.248.666\$80
Estudos, Organização e Apoio Técnico	5.854.867\$90
Sondagens	307.194\$60
Despesas de Ligação à Rede Eléctrica	167.131\$00
Despesas de Aumento de Capital	154.597\$00

— Amortizações	10.814.167\$30	9.011.445\$30
	1.802.722\$00	

Imobilizações em Curso

Trabalhos, Fornecimentos e Serviços Adjudicados	10.600.000\$00
-------------------------------------------------	----------------

DISPONÍVEL

Caixa	8.897.515\$60
Depósitos à Ordem	3.431.117\$70
Depósitos a Prazo	487.314\$80

REALIZÁVEL

Devedores Diversos	1.513.800\$00
Fornecedores (Saldo Devedores)	10.576.001\$50
Credores Diversos (Saldo Devedores)	3.700\$50
Pagamentos Antecipados	143.000\$00

	12.236.502\$00	47.755.463\$10
--	----------------	----------------

EXTRAPATRIMONIAIS

Responsabilidades Pararealizáveis	368.526.000\$00
Contratos de Fornecimento	416.281.463\$10

PASSIVO

EXIGÍVEL

Fornecedores	487.311\$50
Credores Diversos	667.987\$00
Encargos a Pagar	20.784\$10
Efeitos a Pagar	8.512.375\$90

	9.688.458\$50
--	---------------

SITUAÇÃO LÍQUIDA

Capital Realizado	40.000.000\$00
— Perdas e Lucros	
Resultado do Exercício	1.932.995\$40

	47.755.463\$10
--	----------------

EXTRAPATRIMONIAIS

Responsabilidades Paraexigíveis	368.526.000\$00
Credores por contratos de fornecimento	416.281.463\$10

	416.281.463\$10
--	-----------------

O TÉCNICO DE CONTAS,

José Trindade do Carmo Rocha

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

Mário Augusto Gaspar — Presidente
Manuel António Baptista Macara
João Nuno Serras Pereira

PINGOS...

Os nossos descomprometidos «Pingos» publicados no n.º 488 deste jornal, mereceram a atenção de um leitor anónimo que endereçou uma carta (com o carimbo de Salir) ao director de «A Voz de Loulé», protestando contra esse miserável artigo «Pingos...»

Escreveu o nosso corajoso adversário, entre outras pitorescas frases: «No meu entender esse sr. devia era lavar-se e empregar o estrume na agricultura, por ser o amónio (adobio artificial) mais caro que o estrume caseiro».

Sinceramente, nestes tempos sídudos que vivemos, consideremos um verdadeiro achado o precioso naco de humor que transcrevemos. E todavia, por mais que nos esforcemos, não conseguimos evitar esta dor de vermos que o medo (sim, o medo) ainda aterroriza as pessoas tementes de se identificarem! E que o diabo (o tal papão) às vezes tece-as e pode complicar a vidinha ao pacato cidadão, que até nem gosta de se meter em políticas... Livra!

Sequeira Afonso

NOTÍCIAS PESSOAIS

NASCIMENTO

No passado dia 31 de Março, teve o seu bom sucesso, dando à luz uma criança de sexo masculino, no Hospital King George V. Memorial em Sidney, a sr.ª D. Maria Felismina Guerreiro Alho, casada com o sr. Jaime Agostinho Alho, residentes na Austrália.

O recém-nascido, que receberá na pia baptismal o nome de Guy, é neto materno do sr. Francisco Guerreiro Iria e da sr.ª D. Maria Mendes de Sousa e neto paterno do sr. Joaquim de Brito Alho e da sr.ª D. Maria de Sousa Agostinho.

As nossas felicitações.

CASAMENTO

Na Igreja Paroquial de Salir, realizou-se no passado dia 30 de Abril, a cerimónia do casamento da sr.ª D. Maria Manuela Rosa Gonçalves Nogueira, estudante de filologia Românica, filha do nosso estimado assinante sr. Manuel Guerreiro Gonçalves, e da sr.ª D. Maria Margarida Martins Rosa Gonçalves, com o sr. Dr. Manuel Lopes Nogueira, licenciado em Direito, filho do sr. José Nogueira e da sr.ª D. Teresa Nogueira Lopes, residentes em Salir.

Apadrinharam o acto por parte da noiva o sr. Joaquim Filipe Dias Mendes e a sr.ª D. Maria Coelho Pires e por parte do noivo o Reverendo Pároco Joaquim Fernandes Pinheiro Moreira e a sr.ª D. Maria Nogueira Lopes.

O copo de água teve lugar no Restaurante Regional em S. Brás de Alportel.

FALECIMENTOS

No Instituto de Oncologia, faleceu repentinamente no passado dia 4 de Maio, a sr.ª D. Miquete Barão Carapinha Santos Brito, que contava 48 anos de idade, natural de Aljustrel, funcionária dos C. T. T., casada com o sr. Rodrigo dos Santos Brito.

A saudosa extinta era mãe do sr. Luís Manuel Carapinha dos Santos Brito, casado com a sr.ª D. Ana Inverno Amaral dos Santos Brito, e da menina Maria de Fátima Carapinha dos Santos Brito e filha da sr.ª D. Amélia Vilhena Paredes Carapinha e do sr. Manuel Barão Carapinha (falecido); era irmã da sr.ª D. Antonieta Vilhena Carapinha, funcionária da Tesouraria do Grémio da Lavoura; do sr. Adolfo Vilhena Carapinha, casado com a sr.ª D. Julieta Gonçalves Carapinha; da sr.ª D. Mariana Vilhena Carapinha de Brito casada com o sr. Aníbal Guerreiro de Brito, gerente da Casa Agrícola de Alcácer do Sal; da sr.ª D. Isaura Carapinha (em Loulé); e cunhada da sr.ª D. Maria José Cavaco, prof.ª oficial, casada com o sr. Luís Francisco, guarda-livros; e sobrinha dos srs. Adolfo Vilhena, D. Carminda Vilhena (de Lisboa), sr. António Vilhena, D. Maria do Pilar Vilhena (de Évora), sr. António dos dos Anjos Marinha e D. Isaura Vilhena (de Lisboa), Eng.º Octávio Barata (do Porto), D. Albertina Barata Vilhena, D. Josefa Vilhena e do sr. Francisco Cecílio, do Barreiro.

CISUL

(Continuação da 5.ª página)

Se tivermos em atenção que depois do electrofiltro ainda temos a chaminé, pode afirmar-se que não se encontrarão quaisquer partículas sólidas ou gasosas no ar que se respira, na fábrica ou nas vizinhanças.

O que é e como funciona um electrofiltro?

Trata-se de um equipamento constituído na sua essência por electrodos de emissão e placas de depósito.

Nos electrodos de emissão existe uma alta tensão negativa continua da ordem dos 60 a 80.000 Volts.

As placas de depósitos estão ligadas à terra. Dado que a diferença de potencial é extraordinariamente grande os electrodos saem dos electrodos de emissão e dirigem-se a grande velocidade para as placas de depósito.

Quando se verifica o descarregamento eléctrico, provoca-se a ionização da «veia gasosa» e das partículas que esta conduz. As partículas são atraídas pelas placas de depósito e ao atingirem estas, descarregam-se da electricidade que possuem e ficam aderidas às placas ou caem por efeito da gravidade, em tremonhas especialmente colocadas para as receberem.

O mesmo acontece, evidentemente, às partículas gasosas que «escorrem» pelas placas de depósito.

Este sistema de electrofiltro capta todas as partículas, desde as que são vistas a olho nu até às poeiras coloidais que só são observadas ao microscópio electrónico.

Na prática, os electrofiltros que se empregam nas fábricas de cimento (que possuem equipamento electrostático) absorvem facilmente partículas inferiores a 1/1000 mm.

As partículas que prejudicam o ser humano situam-se entre 2 e 5 microns, pois entram nos pulmões e causam a doença profissional conhecida por SILICOSE.

As partículas inferiores a 2 microns entram até aos alvéolos pulmonares, mas não são perigosas, pois são expuldas pelo ar durante a expiração.

Estamos pois, a coberto não só de qualquer perigo para a saúde pública, porque os electrofiltros que se instalarão na fábrica da CISUL captam todas as partículas perniciosas para a saúde, mas também não teremos quaisquer poeiras que se possam depositar nos terrenos ou casas da vizinhança.

A instalação de um equipamento de electrofiltros representa um investimento de algumas

MERCEARIA

Trespasa-se ou aluga-se na Rua José Joaquim Moura, 39, r/c. — Faro.

Informa: José Carrusca Lampreia — Telef. 24791 — Faro.

O TEATRO de António Aleixo representado em LISBOA

Com um elenco constituído pela cançonetista Rosita Afonso e os actores Senuel de Carvalho e Fernando Fonseca (além de outros) o teatro de ensaio do Sociedade Filarmónica João Rodrigues Cordeiro, de Lisboa, cuja direcção está a cargo do actor João Sarabando, irá levar à cena no corrente mês de Maio algumas das obras teatrais do genial poeta algarvio António Aleixo.

dezenas de milhar de contos, mas a CISUL não podia hesitar nesta inversão, pois conhece o problema da poluição e sabe ter em consideração o bem-estar da sociedade.

Terminamos as nossas considerações, esclarecendo que a nossa posição não tem nada de altruísta, pois ela é resultado apenas do conhecimento da tecnologia e das imposições da nossa consciência.

AGRADECIMENTO

Não podemos deixar de agradecer ao Eng.º Mário Gaspar a amabilidade com que nos recebeu, ao que «A Voz de Loulé» corresponde com votos de que o engrandecimento da CISUL seja uma realidade que se projecte na melhoria do nível de vida dos que aqui nesta província desejam justamente viver dias melhores.

Cada vez mais SE IMPÕE

(Continuação da 3.ª página)

estrada mal traçada cheia de íngremes ladeiras que, em milhentas curvas, massacram os motoristas, incomodam e fazem nausear os passageiros, sente uma sensação de alívio ao chegar àquela Vila semelhante a quem acaba de cumprir uma pena suportando um martírio.

Do mesmo modo quem tem de enfrentar o sacrifício imperioso da passagem da Serra do Caldeirão se benze por 3 vezes com receio da travessia.

Ora se nós podemos substituir este trajeto incómodo, micro e difícil por uma estrada plana, sem acidentes orográficos, sem curvas nem contra curvas, teremos ou não praticado um feito que aproximará o Algarve da Capital e esta do Algarve?

A reparação da E. N. n.º 2 entre Salir e Almodôvar a que o J. A. E. tem fatalmente de meter ombros, mais dia, menos dia, mais mês, menos mês, mais ano, menos ano, não seria amplamente recompensada com economia para o Estado pela construção do troço Almodôvar-Salir?

Se o estudo está feito, se a estimativa está devidamente calculada, parece-nos de concluir que só o que falta é o capital sempre escasso nas obras e nos grandes Planos de Fomento.

Mas o Estado que inclua esse troço na concessão das auto-estradas, em semelhança com o que fez para o Norte e a dê por adjudicação.

Todo o Centro do Algarve, de Albufeira a Vila Real de Santo António o bendir e o resultado das facilidades de ligação e da maior afluência de turistas de certo e de largo ponto o compensaria.

R. P.

Justificação Notarial

Secretaria Notarial de Loulé — 1.º Cartório — Notário: Licenciado Nuno António da Rosa Pereira da Silva.

Certifico, para efeitos de publicação, que neste Cartório e no livro de notas para escrituras diversas, n.º A-59, de fls. 81 a 86, v. se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, outorgada hoje, na qual Margarete Joan Simeon, casada segundo o regime de separação de bens, com Frances Blunt, residente no sítio da Patã de Cima, freguesia de Boliqueime, concelho de Loulé, se declarou dona e legítima possuidora, com exclusão de outrem, do seguinte prédio:

rústico, constituído por uma courela de terra de semear, com árvores, no sítio da Patã, freguesia de Boliqueime, concelho de Loulé, confrontando actualmente do nascente com Francisco Correia Leal, do norte com Manuel Mendes de Brito, do poente com Francisco Martinho e do sul com estrada, inscrito na respectiva matriz predial, em nome dela justificante, sob o artigo n.º 2072, com o valor matricial de 5 520\$00 e o declarado de 150 000\$00.

Que este prédio faz parte do descrito na conservatória do registo predial deste concelho, sob o n.º 6 956, a fls. 106, v. do livro B-18, o qual se encontra inscrito de transmissão a favor de Francisco Pedro Leal e Manuel Martins Cavaco, pela inscrição n.º 4 726, a fls. 180, v.º do livro G-4.

Que o referido prédio lhe pertence pelo facto do mesmo ter sido comprado, conjuntamente com outros, a Ernesto António Maria de Martorell Y Calderó, casado segundo o regime de separação de bens, com Teresa Maria de Orleans e Bragança de Martorell, residente no Estoril, concelho de Cascais, por seu marido, Richard Charles Barrington Simeon, em 18 de Novembro de 1964, por escritura lavrada a fls. 79 do livro n.º C-100, de notas para escrituras diversas do 1.º Cartório Notarial de Lisboa.

Que ela justificante foi casada com o referido Richard Charles Barrington Simeon, num regime de bens que, segundo a lei inglesa se assemelha ao regime de separação de bens, segundo a lei portuguesa, mas que seu referido marido, por testamento feito em 23 de Agosto de 1958, devidamente registado e provado no Registo Principal de Provas do Supremo Tribunal de Justiça do Reino Unido, e válido segundo as leis inglesas, a instituiu por sua única e universal herdeira, na hipótese dela justificante lhe sobreviver por um mês, o que se verificou, por ter seu marido falecido em 7 de Dezembro de 1966, razão porque presentemente é ela justificante, dona e legítima possuidora, com exclusão de outrem, do prédio supra descrito e confrontado.

Que atendendo porém ao disposto no art.º 13.º do Código do Registo Predial, não é aquela escritura de 18 de Novembro de 1964, título suficiente para registo, mas a verdade é que o então vendedor, Ernesto António Maria de Martorell Y Calderó, era na data da referida escritura dono e legítimo possuidor do prédio vendido, também com exclusão de outrem, pelo facto de o haver comprado, em 18 de Março de 1963, a Teodoro Gonçalves Silva e mulher, Maria do Nascimento Cavaco, casados segundo o regime da comunhão geral de bens e residentes no sítio da Fonte de Boliqueime, freguesia de Boliqueime, concelho de Loulé, por escritura lavrada a fls. 59 do livro n.º B-5, de notas para escrituras diversas, do Cartório Notarial de Albufeira; — sendo também certo que os vendedores, Teodoro Gonçalves Silva e mulher, eram na data do referido contrato, donos e legítimos possuidores, do prédio supra descrito e então vendido, pelo mesmo haver sido doado à mulher, a referida Maria do Nascimento

Cavaco, por seus pais, Joaquim Martins Cavaco e Rosa da Conceição, casados segundo o regime da comunhão geral de bens e residentes no sítio da Maritenda, freguesia de Boliqueime, concelho de Loulé, em 21 de Janeiro de 1935, por escritura lavrada a fls. 81 do livro n.º 23, de notas para actos e contratos entre vivos, com excepção dos de valor não superior a mil escudos e das partilhas de qualquer valor, do falecido notário que foi neste concelho, Bacharel João Augusto de Mello e Sabo, cujo arquivo transitou para a antiga secção desta Secretaria, actual 1.º Cartório.

Que por sua vez o prédio supra descrito havia sido doado ao referido Joaquim Martins Cavaco, já ao tempo casado com a referida Rosa da Conceição, por seus pais, Manuel Martins Cavaco e mulher, Teresa Gomes, casados segundo o regime da comunhão geral de bens e residentes no sítio da Maritenda, da freguesia dita de Boliqueime, em data imprecisa, mas que sabem ter sido por volta do ano de 1912, por mero contrato verbal, nunca reduzido a escritura pública; — sendo também certo que o referido Manuel Martins Cavaco e mulher, Teresa Gomes, em data imprecisa, mas que sabem ter sido por volta de 1900, procederam com o outro proprietário, Francisco Pedro Leal e mulher, Catarina Guerreiro, residentes no sítio do Azinhal, freguesia dita de Boliqueime à divisão e demarcação do prédio descrito na conservatória do registo predial deste concelho, sob o n.º 6 956, a fls. 106, v.º do livro B-18, divisão essa nunca reduzida a escritura pública, tendo na mesma sido adjudicado e ficado a pertencer ao referido Manuel Martins Cavaco e mulher, em pagamento da sua quota ideal de metade, o prédio supra descrito e confrontado, e aos referidos Francisco Pedro Leal e mulher, dois prédios distintos, um dos quais já se encontra descrito na conservatória do registo predial deste concelho, sob o n.º 28 900, a fls. 177, v.º do livro B-73.

Que em face do exposto e por falta dos competentes títulos para registo, não lhe é possível (desde o mencionado Manuel Martins Cavaco e mulher, até ela justificante), deduzir o trato sucessivo do referido prédio, desde o mencionado Manuel Martins Cavaco e mulher, até ela justificante, pelos meios extrajudiciais normais.

Está conforme ao original, não havendo na parte omitida, nada em contrário ou além do que se certifica.

Secretaria Notarial de Loulé, 13 de Maio de 1972

O 2.º Ajudante,

Fernanda Fontes Santana

Condecoração

Foi recentemente conferida ao nosso amigo e considerado assinante sr. prof. Aníbal Dias da Silva a Medalha de Cobre da Mocidade Portuguesa, a cujo Quadro de Mérito fica justamente a pertencer, em virtude dos bons serviços prestados aquela patriótica organização.

Apresentamos ao agraciado as nossas sinceras felicitações, pelo valor simbólico do galardão com que acaba de ser distinguido.

Declaração

Maria Marquinhos Martins, residente actualmente em França, declara para todos os efeitos que não se responsabiliza pelas dívidas contraídas pelo seu marido Henrique da Palma Pinheiro, residente em Almansil, concelho de Loulé.